

Portaria nº 916/PMSC de 05/11/2024.

DESIGNO, com base no art. 22, inciso XXI, da CF/88, c/c o art. 4º do Dec.-Lei nº 667/69, o art. 107 da CE/89, o art. 1º § 3º da LC nº 380/07, alterada pela LC nº 767/2020, e § único do art. 7º do Dec. nº 1.274/21, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, na **2102-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA no município de FLORIANÓPOLIS/SC - IVANO LUIZ WOLFF, 2º SARGENTO PM RR Mat. 921371-6, à contar de 08/11/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1036128

Portaria nº 917/PMSC de 05/11/2024.

DESIGNO, com base no art. 22, inciso XXI, da CF/88, c/c o art. 4º do Dec.-Lei nº 667/69, o art. 107 da CE/89, o art. 1º § 2º da LC nº 380/07, alterada pela LC nº 767/2020, e § único do art. 7º do Dec. nº 1.274/21, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP no **BPChoque, no município de FLORIANÓPOLIS/SC - JOSE JORGE GUIMARAES, SUBTENENTE PM RR Mat. 904165-6, à contar de 11/11/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1036129

Portaria nº 911/PMSC/2024, 05/11/2024.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, fundamentado no art. 10 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983; no art. 5º da Lei estadual nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar), no art. 5º do Regulamento da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 1.601, de 03 de dezembro de 2021, bem como inciso VI, Art. 3º R-10-108 descritos no Ato nº 176/PMSC/2024, concomitante com o Processo SGP-e PMSC 31092/2022, e SGP-e PMSC 5761/2024, conforme Ofício nº280-IGPM/Ch Mis Paz Av IGPM/COTER, bem como Ofício nº 713-IGPM/Ch Mis Paz Av IGPM/COTER, RESOLVE: 1. CESSAR A DISPOSIÇÃO da Missão de Assistência das Nações Unidas na Somália (UNSOM) - ONU, a contar de 10 de novembro de 2024, o seguinte policial militar:

Graduação	Matrícula	Nome
Cabo	928300-5	RAONY KAMBARA ROCHA OSORIO

2. **CLASSIFICAR**, conforme infra, a contar de 26 de novembro de 2024, o seguinte policial militar:

Graduação	Matrícula	Nome	Lotação	Município	Ajuda de Custo
Cabo	928300-5	RAONY KAMBARA ROCHA OSORIO	CCSV	Florianópolis	Não

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1036108

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC57967/2024. **PARTÍCIPES:** Município de Balneário Barra do Sul e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado. **PRAZO E VIGÊNCIA:** 5 anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA:** Florianópolis, 05 de novembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Valdemar Baraúna da Rocha, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1036115

Extrato nº 865 - 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul do Termo de Embargo nº 17584-A, Auto de Infração Ambiental nº 13701-A, aplicado em 02/09/2024, situado no município de Pouso Redondo, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula nº 22141 e 22142, comarca de Pouso Redondo, abrangendo 1,08ha (um vírgula zero oito hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 593638 | 6989452;), Processo GAIA 21230202482668 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00056490/2024. CARSC-4213708- EB28B284375842EDAC74353DDBE918B3.

Cod. Mat.: 1035993

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE: Primeiro Termo de Aditivo de Cessão de Uso nº PMSC68821/2019. **PARTÍCIPES:** Município de Schroeder e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Altera a cláusula sétima, prorrogando

a vigência por mais 5 anos. **VIGÊNCIA:** a contar de 20 de novembro 2024 e com validação pela publicação no DOE/SC. **DATA:** Florianópolis, 05 de novembro de 2024. **SIGNATÁRIOS:** Lauro Tomczak, pelo Município, e Ronaldo da Silva Cruz, pela PMSC.

Cod. Mat.: 1036122

Extrato nº 862 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 17863-E, Auto de Infração Ambiental nº 13852-E, aplicado em 19/09/2024, situado no município de Jabora, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula nº2050 e Matrícula nº997, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, abrangendo 1,993ha (1,993 hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 422394 | 6999730;), Processo GAIA 21530202482953 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00063036/2024.

Cod. Mat.: 1035856

Extrato nº 863 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 17351-E, Auto de Infração Ambiental nº 13538-E, aplicado em 15/08/2024, situado no município de Ipira, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula 29105, Ofício de registro de Imóveis cidade e comarca de Capinzal - SC, abrangendo 0,106ha (zero vírgula cento e seis hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 421103 | 6975856;), Processo GAIA 21530202482165 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00051592/2024.

Cod. Mat.: 1035906

DECISÃO
(SGP-e PMSC 64226/2020)

Trata-se de processo administrativo para apuração de inadimplência contratual, instaurado a partir de documentação enviada pelo então Chefe do CAD, relatando o descumprimento contratual pela empresa Temperclima Refrigeração Eireli, inscrita no CNPJ 29.634.736/0001-01. A referida empresa não cumpriu as obrigações firmadas com a PMSC por meio da Ata de Registro de Preço proveniente do Pregão Eletrônico n. 34/PMSC/2019. Consta nos autos que a empresa deixou de entregar os aparelhos de ar condicionado descritos nas Autorizações de Fornecimento (AFs) n.º 14, 15, 17 e 18, totalizando 57 aparelhos não entregues, com valor global de R\$ 224.233,78 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos). Notificada para apresentar defesa prévia (págs. 156/160), a empresa, por meio de seu procurador (págs. 165/172), solicitou acesso integral ao processo. Atendendo ao pedido, o então auxiliar da Seção de PAIC, Cabo PM Eduardo Elmo, disponibilizou ao procurador um link de acesso ao processo através do Google Drive e o endereço do portal SGPE (págs. 181/185). Apesar da notificação e da disponibilização dos documentos, a empresa não apresentou defesa dentro do prazo legal. Verificada a ausência de manifestação defensiva, o processo encontra-se em condições de ser decidido.

1. Análise
Nos processos de apuração de inadimplência contratual (PAIC), a Administração deve observar os princípios constitucionais da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência. O princípio do contraditório estabelece que todos os atos processuais devem garantir a ciência e o direito de resposta das partes envolvidas. Nesse sentido, Vicente Greco Filho sintetiza o contraditório como a garantia de conhecimento da demanda, direito de contestação e de manifestação em todos os atos processuais, evidenciando a natureza bilateral da relação processual. A Constituição Federal exige a aplicação desse princípio tanto nos processos judiciais quanto administrativos.

Da mesma forma, o princípio da ampla defesa assegura que a parte tenha plena oportunidade de se manifestar, inclusive nos procedimentos administrativos, especialmente quando a Administração exerce poder sancionador. O princípio da razoabilidade, por sua vez, visa assegurar que as medidas administrativas sejam adequadas e proporcionais, equilibrando valores e interesses de maneira justa e racional. É de conhecimento que empresas participantes de processos licitatórios devem estar aptas a cumprir as obrigações para as quais se comprometeram. A Administração, ao tomar ciência de possíveis inadimplências, possui o dever de apuração, sob pena de responsabilidade dos gestores envolvidos. Neste caso, a empresa não apresentou nenhuma justificativa que pudesse comprovar que o descumprimento se deu por motivo de caso fortuito ou força maior. Além disso, permaneceu inerte quanto à defesa no processo.

Diante das evidências de descumprimento contratual, torna-se imperativa a aplicação de sanções administrativas para coibir infrações e evitar práticas similares. A Lei nº 8.666/1993, vigente ao tempo do Pregão, dispõe, em seu artigo 87, as sanções aplicáveis pela

Administração, que incluem advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade, sendo esta última reservada aos casos de maior gravidade.

2. Conclusão e Sanções

Neste caso específico, a empresa deixou de entregar 57 aparelhos de ar condicionado, totalizando R\$ 224.233,78 (duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos), configurando inadimplência contratual. Assim, aplico a multa pecuniária no percentual de 10% sobre o valor inadimplente, resultando em R\$ 22.423,38 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos).

Entendo, contudo, que a aplicação da multa isoladamente não alcança a devida proporção frente à gravidade do descumprimento. Como ensina Hely Lopes Meirelles, a suspensão do direito de participar de licitações é uma sanção adequada para casos de inadimplência que, embora menos graves que os de dolo, comprometem a execução contratual. Portanto, com base nos incisos II e III do artigo 87 da Lei 8.666/93, a pena de multa deve ser cumulada com a suspensão do direito de contratar com a Administração.

Assim, **DECIDO** por:

a) Aplicar à empresa Temperclima Refrigeração Eireli a sanção administrativa de MULTA no valor de R\$ 22.423,38 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), correspondente a 10% do valor inadimplente;
b) Suspender o direito da empresa de participar de licitações e contratar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos, conforme dispõe o artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93. Providências a serem adotadas pela Seção de PAIC:

1. Publicar a decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
2. Intimar a empresa da presente decisão, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso hierárquico, conforme art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei 8.666/93;
3. Anexar à intimação a guia de depósito identificado para pagamento da multa, com prazo de 30 dias, caso não haja recurso;
4. Comunicar a decisão ao Chefe do CAD;
5. Certificar a tempestividade do recurso, se houver interposição;
6. Inserir a decisão no Cadastro de Penalidades (CADPEN), independente da interposição de recurso, uma vez que este não possui efeito suspensivo;
7. Se esgotado o prazo sem interposição de recurso, proceder com a certificação nos autos;
8. Não havendo recolhimento da multa e esgotado o prazo, requerer a retenção do valor da multa de eventuais créditos pendentes com a empresa, conforme §1º do artigo 87 da Lei 8.666/93;
9. Caso não existam créditos a reter, solicitar a inclusão da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

Ronaldo da Silva Cruz
Coronel PM – Diretor da DALF

Cod. Mat.: 1035943

Extrato nº 864 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 16754-E, Auto de Infração Ambiental nº 13194-E, aplicado em 11/05/2024, situado no município de Herval D'Oeste, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula nº11444, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste, abrangendo 0,0084ha (0,0084 hectares), dentro de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 455582 | 6991372; Pt02 455591 | 6991515;), Processo GAIA 21530202481184 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00042262/2024.

Cod. Mat.: 1035959

Extrato nº 869 - 2ºPEL /2ªCIA/2º BPMA - Joaçaba do Termo de Embargo nº 18017-E, Auto de Infração Ambiental nº 13958-E, aplicado em 05/10/2024, situado no município de Zortea, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula 2534, Ofício de Registro de Imóveis Comarca de Campos Novos, abrangendo 1,832ha (um vírgula oitocentos e trinta e dois hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 443622 | 6950311; Pt02 443491 | 6950106;), Processo GAIA 21530202483227 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00063799/2024.

Cod. Mat.: 1035982

Extrato nº 871 - 2º PEL/ 1ªCIA/ 2º BPMA- São Miguel do Oeste do Termo de Embargo nº 17635-E, Auto de Infração Ambiental nº 13732-E, aplicado em 24/09/2024, situado no município de Caibi, em área titulada não registrada, abrangendo 0,410ha (zero vírgula quatrocentos e dez hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 274044 | 7016241;), Processo GAIA 21520202482730 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00058144/2024.

Cod. Mat.: 1035994